Recital
Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara/MG.

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UMA PROPOSTA PARA O IFNMG CAMPUS MONTES CLAROS-MG

PARTICIPATORY BUDGET AND INTEGRATED HIGH SCHOOL: A PROPOSAL FOR THE IFNMG CAMPUS MONTES CLAROS-MG

Marcus Vinícius Guedes da MOTA
Instituto Federal do Norte de Minas Gerais-Campus Montes Claros
marcus.mota@ifnmg.edu.br

DOI: https://doi.org/10.46636/recital.v6i2.465

Resumo

Institucionalizado ao final de 1989, na cidade de Porto Alegre, o Orçamento Participativo (OP) configurou-se como um modelo de política pública baseado na participação popular. Passadas décadas, houve expansão do OP para alguns municípios e instituições no país. A execução orçamentária do Instituto Federal de Educação do Norte de Minas Gerais (IFNMG) tende a seguir essa política, baseando-se nos princípios dessa modalidade de orçamento. A pesquisa teve como objetivo analisar como a aplicação dessa ferramenta pode contribuir para o desenvolvimento do Ensino Médio Integrado (EMI) no IFNMG, Campus Montes Claros, no viés do humanismo, denominado de Orçamento Participativo da Escola (OPE). Em termos metodológicos, recorreu-se aos instrumentos de coleta de informações: pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. O número de entrevistados no IFNMG Campus Montes Claros foi composto por 10 (dez) discentes e 8 (oito) técnicos administrativos. As entrevistas ocorreram entre abril e maio de 2021. Articulado às políticas de gestão, foi desenvolvido um Guia com "passo a passo" para aplicação do OPE e ciclo de palestras que pretendem abranger a relação entre o OP e o EMI como ferramenta pedagógica de ensino omnilateral, a ser aplicado no campus em tela e replicado na rede IFNMG. O resultado geral da pesquisa evidencia que é possível trabalhar o OPE no IFNMG Campus Montes Claros e, ainda, replicá-lo em outros *campi* da rede IFNMG, nos moldes apresentados.

Palavras-chave: Orçamento Participativo. Ensino Médio Integrado. Humanismo. Orçamento Participativo da Escola. IFNMG.

Abstract

Institutionalized in late 1989 in the city of Porto Alegre, the Orçamento Participativo (Participatory Budgeting - PB) has been established as a model of public policy based on popular participation. Over the decades, PB has expanded to some cities and institutions across the country. The budget execution of the Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (Federal Institute of North of Minas Gerais (IFNMG) tends to follow this policy, relying on the principles of this budgetary approach. The research aimed to analyze how the implementation of this tool can contribute to the development of Integrated High School (EMI) at IFNMG, Montes Claros Campus, from a humanistic perspective, called School Participatory Budgeting (SPB). Methodologically, we used the following data collection instruments: bibliographic research and semi-structured interviews. The number of interviewees at IFNMG Campus Montes Claros consisted of 10 (ten) students and 8 (eight) administrative technicians. The interviews took place between April and May 2021. In conjunction with management policies, a pilot was developed with a "step-by-step guide for implementing SPB" and a series of lectures intended to address the relationship between PB and IHSE as a pedagogical tool for comprehensive education, to be applied at the campus in question and replicated within the IFNMG network. The overall research results indicate that it is possible to implement SPB at IFNMG Campus Montes Claros and replicate it at other campuses within the IFNMG network as outlined.

Keywords: Participatory Budgeting, Integrated High School, Humanism, Participatory Budget of the School, IFNMG.

INTRODUÇÃO

Este trabalho propõe a integração do Orçamento Participativo (OP) na educação como uma ferramenta de ensino. Busca estudar como essa abordagem pode ser aplicada no Ensino Médio Integrado (EMI) sob uma perspectiva humanista, incentivando a participação ativa dos alunos no diálogo com os professores, conforme ensinado por Paulo Freire. Trata-se da versão em artigo científico da dissertação "Orçamento participativo e ensino médio integrado: uma proposta para o IFNMG campus Montes Claros-MG", apresentado para fins de encerramento do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, mestrado profissional, em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do IFNMG Campus Montes Claros.

A partir das primeiras indagações sobre o estudo, o objetivo estabelecido foi o de estimular os alunos a compreenderem o mundo ao seu redor, seu papel na sociedade e os processos que a moldam. A escola deve prepará-los para serem cidadãos críticos e aptos a participarem plenamente na sociedade, especialmente no que diz respeito à interpretação crítica das informações disponíveis nos meios de comunicação.

A pesquisa se insere no contexto da gestão pública e da educação, explorando a possibilidade de aplicar o OP no processo educacional do EMI de forma livre ou, pelo menos, como política pública. Isso envolve a compreensão dos conceitos de democracia, participação e viabilidade da implementação dessa forma de gestão democrática no IFNMG Campus Montes Claros.

Assim, o objeto de estudo é o Orçamento Participativo no IFNMG Campus Montes Claros, com o objetivo de aplicar essa abordagem no processo educacional, envolvendo alunos do EMI e servidores efetivos. Isso é feito com base em uma perspectiva humanista, inspirada em Paulo

Freire, autores marxistas e Antonio Gramsci, assim como em outros autores que exploraram essas ideias. Destaca-se também a importância de partir das experiências concretas dos alunos, valorizando o conhecimento prévio/coletivo e promovendo o desenvolvimento cultural de todos, como nos inspira Gramsci *apud* Nosella (2016). Isso implica evitar ideias preconcebidas e promover o potencial crítico e criativo dos alunos.

Entende-se também que é crucial avaliar regularmente a eficácia da abordagem educacional omnilateral com uma perspectiva humanista adotada pelos Institutos Federais de Educação (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010). Isso é particularmente relevante para o IFNMG Campus Montes Claros, considerando a possível aplicação do OP como uma ferramenta pedagógica para os alunos do EMI, tendo em vista um dos anseios dos servidores, evidenciados na greve de 2014 e 2015 (Sinasefe, 2014), pensado aqui para ser aplicado em conjunto com os alunos do EMI, foco das pesquisas desenvolvidas no mestrado PROFEPT.

A discussão sobre o OP como uma ferramenta educacional pode ser vista como uma forma de politizar os alunos, permitindo que eles compreendam como os recursos são geridos em um contexto público. Isso ocorre dentro do ambiente acadêmico, preparando-os para um envolvimento mais amplo em outras esferas públicas, no futuro.

Diante disso, a pesquisa aborda a questão da falta de participação da comunidade escolar no processo orçamentário, que é conduzido pela gestão sem consulta à comunidade. A esperança é que o OP possa ser implementado no IFNMG Campus Montes Claros como uma ferramenta pedagógica que garanta a participação dos servidores e alunos do EMI na alocação de recursos públicos.

Assim sendo, o problema abordado aqui envolve a criação de um guia educacional em formato digital (PDF) para aplicação do Orçamento Participativo da Escola (OPE) no IFNMG Campus Montes Claros. O objetivo é promover a participação dos servidores e alunos na tomada de decisões sobre o orçamento do *campus*. A proposta é baseada em estudos bibliográficos, análise das prestações de contas e entrevistas com participantes.

O guia detalha os passos para a implementação do OPE, incluindo mobilização, ciclo de palestras e deliberação sobre o uso dos recursos. O produto visa a formar cidadãos críticos, alinhando-se com preceitos de Paulo Freire, Gramsci e Marx. É direcionado ao Ensino Médio Integrado do *campus*, com foco na educação desinteressada.

A eficácia do guia depende de sua integração institucional, da participação contínua da comunidade escolar e da avaliação periódica. O OPE é um processo em constante evolução, adaptando-se a cada contexto. A validação ocorreu com a entrega do guia[1] à gestão e sua efetiva aplicação na escola, promovendo a educação formal e a participação dos envolvidos no processo de tomada de decisões sobre o orçamento escolar.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho aborda princípios da educação socialista, inspirada nas ideias da escola politécnica de Marx, na omnilateralidade de Gramsci e no humanismo de Freire (2018a). Contudo, não busca uma revolução radical, pois o IFNMG, embora tenha sido influenciado pela escola

[1] O guia encontra-se publicado no site oficial do IFNMG: https://ifnmg.edu.br/dissertacoes-e-produtos-educacionais-profept. Com o título: Orçamento Participativo da Escola – OPE – Guia Passo a Passo.

politécnica de Marx, aceita o desenvolvimento local e regional dentro das estruturas capitalistas, preparando alunos para a sociedade, mas com ênfase na utilidade para as empresas.

A base epistemológica deste estudo inclui a importância do trabalho, conforme Gramsci, que enfatiza a necessidade de preparar as pessoas para o trabalho industrial (Manacorda, 2007). Isso vai além do trabalho alienado e busca promover uma compreensão mais profunda dos processos de produção. Nessa perspectiva, compreende-se que a práxis transformadora e revolucionária valoriza o ser humano, principalmente no contexto do Ensino Médio Integrado (EMI). A escola do trabalho busca libertar as pessoas do trabalho alienante e ensiná-las a pensar criticamente. A educação omnilateral e politécnica visa a proporcionar às gerações futuras uma vida mais significativa, além do mero trabalho.

Freire (2018a) destaca a importância de uma educação humanista para superar a opressão da classe trabalhadora. A práxis, baseada no diálogo e no aprendizado mútuo entre professores e alunos, é fundamental para a libertação da educação bancária e a promoção da humanização.

Em resumo, as bases epistemológicas deste estudo, fundamentadas no materialismo histórico e na luta de classes, refletem uma visão socialista da educação, conforme evidenciado pelos autores mencionados nas referências bibliográficas.

1.1 ESTUDOS ANTERIORES

Acerca de estudos anteriores, durante a pesquisa nos periódicos da CAPES, foi encontrada a dissertação de mestrado intitulada “Desafios da Construção de uma Gestão Democrática Participativa: o caso do IFNMG Campus Montes Claros”, de autoria de Josilene de Fátima Cardoso de Sá. Essa pesquisa se concentrou exclusivamente no IFNMG Campus Montes Claros.

Observou-se que há poucos estudos sobre o tema da democracia no IFNMG no repositório da CAPES. Por alguma razão, pesquisadores não se interessam em explorar esse assunto.

Posteriormente, na pesquisa das bases de dados do IFNMG, foi identificado o artigo intitulado “Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica: Mecanismos de Participação na Construção do Projeto Pedagógico do Curso”, disponível no repositório da Revista Multifaces, que é a publicação institucional do IFNMG. No entanto, essa pesquisa é bastante restrita, pois está centrada nos documentos do curso Técnico em Informática, do Campus Diamantina.

A partir desse artigo, foi possível constatar que o IFNMG realizou consultas à sociedade e obteve ampla participação na criação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática. Apesar disso, é importante ressaltar que o escopo desse artigo é limitado, uma vez que abrange apenas o Campus Diamantina e concentra-se em um único curso.

O presente trabalho está estruturado em tópicos, abordando inicialmente as bases epistemológicas e o materialismo histórico da Educação Socialista, no tópico 1. Em seguida, no tópico 2, Estado e Democracia, será discutido sucintamente o estado atual do mundo, com enfoque no estado liberal (ou neoliberal) e suas críticas. Posteriormente, serão explorados os conceitos de Administração Pública, tópico 3, e, em seguida, no tópico 4, o conceito de Orçamento e Orçamento Participativo, de forma mais genérica.

1.2 HUMANISMO - A EDUCAÇÃO SOCIALISTA

É necessário compreender o humanismo na educação socialista com base na escola unitária de Gramsci, Paulo Freire e na politecnia em Marx, para depreender a educação crítica e participativa da filosofia comunista. Esta pesquisa reconhece o trabalho como princípio educativo e social, conforme afirmado por Pistrak (2008). A educação proposta valoriza o ser humano no contexto do trabalho, não como uma mercadoria, mas como um pensador. De acordo com Manacorda (2007, p. 61), "os homens começaram a distinguir-se dos animais quando começaram a produzir seus meios de subsistência". Dessa forma, o trabalho é o meio que conecta o ser humano à natureza, modificando-a conforme pensa, para sanar suas necessidades de sobrevivência (Marx, 2013).

No entanto, o trabalho foi reduzido a um meio de acumulação de riqueza para a burguesia, como destacado por Marx e Engels (2018). Isso criou uma divisão entre as classes sociais, a burguesia e o proletariado. Os primeiros detêm os meios de produção e criam riquezas, e o segundo vende sua força de trabalho e cria os produtos necessários à espécie humana. A educação também contribui para a alienação do trabalho, como apontado por Mészáros (2005), já que é uma ferramenta de manutenção do *status quo*, manutenção da exploração do trabalhador pelo dono dos meios de produção.

Nesse sentido, esta pesquisa propõe uma educação que valoriza o trabalho como princípio educativo, visando a libertar o aluno das restrições impostas. A base epistemológica inclui a escola politécnica de Marx, que integra educação para o trabalho, pensamento crítico e desenvolvimento físico. Isso se alinha com a escola unitária de Gramsci, que promove a formação de cidadãos críticos e preparados para o trabalho, permitindo que os alunos escolham suas vocações de forma consciente.

A educação aqui defendida busca a omnilateralidade, ou seja, o desenvolvimento integral das capacidades humanas. Ela se distancia da educação liberal, que atende apenas às necessidades do mercado de trabalho. A escola unitária de Gramsci, segundo Manacorda (2019), é libertadora e democrática, enfatizando a cooperação e a formação integral do ser humano.

Paulo Freire complementa essa abordagem com sua ênfase na dialogicidade, curiosidade, participação e aprendizado mútuo entre professores e alunos (Freire, 2018a). Ele acredita que aprender criticamente é possível e essencial, enfatizando a importância da *práxis,* ação reflexiva que transforma o mundo (Freire, 2018a). Portanto, esta pesquisa busca uma educação que valoriza o trabalho como princípio educativo, promove a omnilateralidade, é libertadora e democrática, e enfatiza a importância da práxis e do aprendizado crítico, conforme os autores supracitados.

Em Freire (2018a), o ideal humanista da educação se alinha com pensadores anteriores, mas em um contexto mais complexo. Ele aborda a importância da empatia, do amor no processo de ensino e da raiva contra a opressão (Freire, 2018a). Ele também critica o sectarismo e defende uma postura pós-moderna progressista em oposição à conservadora e neoliberal (Freire, 2018a).

Freire (2018a) descreve o educador humanista como alguém que se envolve em um diálogo empático e imersivo com os educandos, não apenas ensinando, mas também aprendendo com eles. Ser dialógico, para o humanismo, significa vivenciar o diálogo, evitando invadir, manipular ou usar slogans. O diálogo é um encontro amoroso em que os seres humanos, mediados pelo mundo, transformam e humanizam a realidade em conjunto (Freire, 1983). Para

se fazer educação, é necessário sentimento envolvido, o amor, o desejo de ensinar, aprender num processo humanamente dialógico.

No contexto do humanismo, o educador não pode ser opressor, mesmo indiretamente, aplicando a educação bancária. A pedagogia humanista não pode ser elaborada nem praticada pelos opressores, pois eles buscam manter o *status quo*, impedindo a libertação dos oprimidos (Freire, 2018a). O opressor deseja manter as massas oprimidas e impotentes diante da realidade opressora, enquanto a educação humanista visa à libertação crítica (Freire, 2018a).

A educação humanista, segundo Freire, utiliza a problematização como ferramenta de ensino, promovendo a empatia e imergindo no mundo do oprimido. A empatia é fundamental para a codificação e descodificação da realidade do aluno, criando um processo de aprendizado mútuo (Freire, 2018a). Essa abordagem se baseia no diálogo entre educador e educando, em que ambos trocam conhecimento e evoluem juntos.

A pedagogia humanista deve ser popular, valorizando os conhecimentos do aluno e sua participação efetiva no processo de aprendizado. É importante ouvir os anseios dos alunos na criação de políticas pedagógicas, como o Orçamento Participativo na Educação (OPE) (Freire, 2019). Caso ele deseje essa participação, essa libertação deve ser criada em diálogo, caso ele não deseje, é apenas necessário manter o diálogo e/ou aceitar a realidade.

O humanismo, em contraposição à educação bancária, promove a dialética e a problematização na criação do conhecimento, em vez de apenas transferir conhecimento como se o aluno fosse uma caixa vazia a se colocar papéis escritos (Freire, 2018b). O aluno é visto como um sujeito histórico que constrói seu conhecimento na interação com o mundo e com os outros (Freire, 2018b), não apenas um receptáculo, ele existe num sentido maior que a própria educação. O professor desempenha um papel político na formação de cidadãos críticos da sociedade (Freire, 2018b), sendo essa a função da educação omnilateral/libertadora. O indivíduo existe no mundo assim como o trabalho e, dessa forma, é preparado para o mundo do trabalho e não para um dito mercado de trabalho, com o ser humano transformado ele mesmo em mercadoria.

Sabe-se que a educação bancária é alienante e prepara o aluno apenas para o mercado de trabalho, não para a sociedade como um cidadão completo (Freire, 2019). A educação neoliberal prioriza o lucro em detrimento do desenvolvimento humano (Souza, 2014), é a educação que atende ao mercado e a seus atores dominantes. Essa educação tende a criar um ensino unilateral, voltado apenas para atender ao mercado de trabalho, sem considerar o pleno desenvolvimento do indivíduo (Souza, 2014). É uma educação baseada no capitalismo neoliberal, não valoriza a formação crítica dos alunos, mas apenas sua capacidade de se adaptar ao mercado (Freire, 2019). O sistema capitalista tende a promover uma educação que visa à reprodução da classe assalariada e não ao desenvolvimento crítico dos trabalhadores (Freire, 2019).

Em contrapartida, a educação omnilateral, defendida por Marx, Freire e Gramsci, visa ao desenvolvimento completo do ser humano, não apenas à preparação para o mercado de trabalho (Freire, 2019), valorizando sua vida e conhecimentos pregressos, para criar um cidadão participativo/social. Os filósofos entendem que a escola deve ser um espaço vivo e pulsante que promova o aprendizado amplo do aluno (Freire, 2019). A pedagogia marxista é uma teoria de pedagogia social voltada para o desenvolvimento dos fenômenos sociais do ponto de vista marxista (Pistrak, 2008). Assim, a democratização da escola pública e a formação permanente dos educadores são essenciais para promover uma educação mais humanista (Freire, 2013).

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 6, n. 2, mai/ago. 2024.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

O homem novo e a mulher nova desejados pela sociedade só podem ser criados por meio do trabalho produtivo para o bem-estar coletivo. A educação não deve ser seletiva e deve superar a dicotomia entre trabalho manual e intelectual. A escola não deve se distinguir essencialmente da fábrica ou do campo agrícola. A educação deve ser dialógica entre aluno e professor, com o trabalho como princípio educativo, não alienante (Freire, 2019).

Dessa forma, a educação deve ser libertadora e centrada no desenvolvimento das habilidades humanas do aluno. Deve ser interessante, utilizando recursos físicos e digitais, tecnologias e inovações. O ambiente escolar deve ser acolhedor e agradável, promovendo o bem-estar social (Freire, 2018b). O bom professor deve envolver o aluno no movimento do seu pensamento, desafiando-o, tornando a aula estimulante (Freire, 2018b). A educação humanística em Freire, Marx e Gramsci é libertadora e revolucionária, mediada pelo diálogo entre educador e educandos (Freire, 2018a).

Assim, o viés humanista é também estudado pela pedagogia e serve como uma ferramenta pedagógica de olhar crítico. Pode ser aplicado em um *campus* onde o EMI é a base principal da educação. Uma ferramenta é um instrumento para atingir os objetivos da instituição em um produto educacional. A aprendizagem omnilateral só é efetiva com a democracia no ensino e a participação de toda a comunidade. O professor deve ser democrático em seu ensino, ensinando vivências, evitando se colocar em um pedestal como superior ao aluno, conforme Freire (2018b).

Entende-se que a educação omnilateral e humanista não se limita à formação para o trabalho e deve ser baseada na democracia participativa. A educação socialista não deve ser uma ditadura e deve romper com a lógica do capital na educação (Mészáros, 2005). Nessa perspectiva, o aluno deve ajudar a gerir a escola, sendo o orçamento participativo apenas um nome para uma finalidade que desencadeará algo maior, relativo à gestão participativa.

O desafio é universalizar o trabalho e a educação, inserindo o aprendiz em todos os processos e fazendo-o questionar sua relevância. O educador socialista tem o papel de promover uma transformação social ampla e indissociável da educação (Mészáros, 2005). Assim, este estudo busca promover a conscientização da importância da educação e da democracia plenamente participativas nos Institutos Federais.

1.3 ESTADO E DEMOCRACIA

Conforme Marilena Chauí (2019), a democracia remonta à Grécia Antiga, surgindo nos séculos V e IV a.C. nas tragédias gregas, com a participação do coro composto por cidadãos comuns. A deusa Atena ensinou aos homens a criar leis para o povo, marcando o nascimento da política na Grécia, enquanto Roma desenvolveu uma república oligárquica.

Nesse mesmo período, Aristóteles observou que a sociedade se dividia em classes, ricos e pobres, e defendeu políticas públicas para reduzir desigualdades sociais. Assim, a justiça distributiva surgiu, permitindo que o povo decidisse sobre a alocação de recursos públicos de forma democrática (Chauí, 2019).

De acordo com as análises de David Harvey (2011), para os dias atuais, a democracia segue padrões do sistema neoliberal, sendo que o neoliberalismo é essencialmente uma teoria política e econômica que preconiza a maximização do bem-estar humano através da promoção das liberdades e habilidades empreendedoras individuais dentro de um arcabouço institucional

caracterizado por fortes direitos de propriedade privada, mercados livres e comércio desimpedido. Ele argumenta que, para os defensores dessa abordagem, o Estado desempenha um papel fundamental na criação e manutenção das estruturas institucionais necessárias para facilitar tais práticas, incluindo a garantia da qualidade do dinheiro e o estabelecimento de mecanismos legais e militares para proteger os direitos de propriedade e garantir o funcionamento eficiente dos mercados. Além disso, Harvey observa que as ideias neoliberais exercem uma influência considerável em uma variedade de setores, desde a educação até os conselhos de administração das corporações, e são predominantes em instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC. Em suma, ele sugere que o neoliberalismo se tornou hegemônico como uma forma de discurso, moldando as percepções e comportamentos de muitas pessoas em relação ao mundo, refletindo, assim, os interesses dos detentores de propriedade privada, das empresas e do capital financeiro. Nesse sentido, a conotação desse sistema deve ser repressora dos interesses sociais, já que são antagônicos aos do mercado.

No contexto atual, o neoliberalismo representa uma ameaça à democracia, pois coloca os valores políticos à venda, permite a influência do dinheiro nas eleições e enfraquece os direitos dos trabalhadores e serviços públicos em prol do lucro privado (Santos, 2021). O neoliberalismo também limita as liberdades civis e políticas ao reprimir opiniões discordantes, ameaçando a democracia em seu núcleo (Santos, 2021). No processo de democracia indireta, "a democracia representativa promove um distanciamento entre os eleitos e a base da sociedade. Para o autor, a delegação é um fenômeno decorrente desse processo (...)" (Goulart, 1998, *apud* Mendes, p. 64, 2009). Nesse sentido, no contexto do sistema eleitoral competitivo, característico do modelo neoliberal, os candidatos dedicam esforços para obter votos. Apesar disso, após alcançarem a eleição, os eleitos frequentemente se distanciam das necessidades reais da população ao moldarem suas políticas de acordo com suas próprias ideologias. Esse afastamento da realidade das demandas populares evidencia uma desconexão entre os representantes políticos e o bem-estar dos cidadãos. Portanto, é crucial analisar criticamente o neoliberalismo e defender uma visão democrática que promova a igualdade, a justiça social e a participação ativa do povo nas decisões políticas.

Conforme Mendes (2009), a democracia direta, em que as decisões são tomadas pelo povo sem intermediários, é destacada como uma alternativa à democracia neoliberal, que muitas vezes privilegia os interesses da elite. A participação popular ativa é vista como essencial para alcançar a igualdade e a emancipação humana, preocupando-se com as necessidades sociais.

Sobre o Estado, ressalta-se que ele não existe sem o território (geográfico), a cultura, o governo e o povo, este bem caracterizado permanentemente. Nesse quesito, o povo abre mão de sua liberdade natural para viver em sociedade, conforme a teoria do contrato social de Rousseau (2002), assim, dentro do processo democrático, e o que é deliberado pela maioria é aceito como consenso por todos. O Estado, num primeiro momento, tem como finalidade única o bem-estar social do povo que o compõe, sob a égide do poder de intervenção nesses âmbitos, por meio de leis e atos administrativos (May, 2007), para garantir que as políticas públicas sejam atendidas dentro do processo democrático, conforme a conotação do direito liberal, vigente no Brasil nos dias atuais. Dessa forma, as liberdades e interações humanas, no direito liberal, dependem do estado e das regras gerais emanadas por ele.

Em Marx e Engels (2018), observa-se uma perspectiva crítica acerca do Estado, visto como órgão vinculado aos interesses da burguesia, garantidor da propriedade privada e que divide os povos em classes. O Estado não trabalha para atender às populações do local, mas trabalha para

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 6, n. 2, mai/ago. 2024.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

atender a grupos capitalistas, excluindo o povo das decisões de qual seria o modelo ideal de Estado, que atenda a todos (Gruppi, 2001), ou seja,

> O Estado capitalista garante o predomínio das relações de produção capitalistas, protege-as, liberta-as dos laços de subordinação à renda fundiária absoluta (ou renda parasitária), garante a reprodução ampliada do capital, a acumulação capitalista. Portanto é um elemento que faz parte integrante das próprias relações de produção capitalistas, mas é determinado por estas (Gruppi, 2001, p.32).

Aqui, observa-se o capitalista, detentor das ferramentas de trabalho e possuidor dos meios de produção e da grande propriedade burguesa. Este usa de todas as ferramentas hegemônicas para manter o controle sobre o Estado, hegemonia de visão liberal. Do outro lado, o trabalhador, ou operário, com potencial de luta pelos direitos socialistas que garantirão o mínimo para a sua sobrevivência, sendo que estes "Na medida em que os homens não dispõem dos meios de produção que garantirão sua subsistência, são obrigados a vender a única coisa que lhes pertence: sua força de trabalho" (Mendes, 2009, p. 37). Gramsci, nos "Cadernos do Cárcere", propõe a união dessa classe pelas lutas por direitos, dentre eles, a educação, numa visão humanística ou omnilateral (Gramsci *apud* Manacorda, 2019).

O Estado, então, deveria gerir a sociedade em todas as suas necessidades para manutenção desta. A sociedade é o povo, mantém-se e transforma no trabalho, num ato conjunto, social. Mas o Estado está nas mãos do capitalismo, do liberalismo, negando ao povo direitos básicos e com qualidade, dentre eles, a educação, sendo que, "Em geral, a formação escolar tradicionalmente não se tem voltado para o questionamento da realidade, mas para sua aceitação como realidade dada e acabada" (Mendes, 2009, p. 40).

Para Marx e Engels (2018), era necessário superar esse Estado. Ambos vislumbravam outra forma de sociedade, que deveria ser construída pela classe trabalhadora, em que não haveria a necessidade de um Estado, nos moldes burgueses, para assegurar a ordem social, pois não haveria a divisão de classes, seria uma sociedade regulada, ou seja, uma sociedade sem estado.

Dessa forma, Marx e Engels (2018) salientam que o Estado existe em conjunto com a sociedade, mesmo que não integrando totalmente os extratos que se formam na concepção liberal, já que "A sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes que são diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado" (Marx; Engels, 2018, p.46). No entanto, conforme Sader (2014), o Estado é uma ferramenta de dominação da classe que detém maior poder, a classe burguesa. É para isso que ele serve, para resguardar interesses e hegemonia da esfera que se coloca acima do povo. Essa classe não consegue dominar totalmente o Estado e, dessa forma, cria meios para que seus interesses sejam mantidos dentro do sistema capitalista/liberal. Atualmente, essa realidade não se dá apenas nos países desenvolvidos, mas nos emergentes, no ideal do sistema neoliberal, popularizado por Margareth Thatcher a partir dos anos 70 (Harvey, 2011).

Uma classificação das formas de Estado no mundo moderno teria de partir necessariamente de uma análise das condições de transição de um modo de produção a outro; o Estado liberal correspondendo a uma autodeterminação completa do capitalismo, que dispensaria intervenções externas ao mecanismo econômico; o Estado nos países subdesenvolvidos, cuja força é correlata à incapacidade de acumulação de capital pela burguesia desses países; o Estado bonapartista, o Estado militarista etc. (Sader, 2014, p.17).

O neoliberalismo prevê a intervenção mínima do Estado na sociedade, deixando os problemas sociais, como a educação, nas mãos da iniciativa privada, e os indivíduos, por conta própria

(Santos, 2021). Essa forma de governo se tornou a principal forma de Estado, com poderes cada vez maiores de dominação, perpetuando os interesses de poucos em detrimento do bem comum.

Assim, percebe-se que o Estado, ao longo da história, assumiu diferentes formas e funções, desde garantir a ordem e a segurança, até promover políticas públicas e defender interesses de classes dominantes. O pensamento político de diversos filósofos, como Hobbes, Locke, Marx e Gramsci, contribui para a compreensão dessas transformações e desafios enfrentados pelo Estado. Contudo, a relação entre Estado e sociedade continua a ser um tema central na teoria política contemporânea, especialmente diante das complexas questões sociais, econômicas e culturais que caracterizam o mundo atual.

> A pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter nos próprios oprimidos, que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos (Freire, 2018a, p. 34).

Entendendo que o neoliberalismo é prejudicial à educação, torna-se evidente que o processo de combate a esse sistema nefasto deve incluir um trabalho de diálogo com a comunidade envolvida. No contexto da pesquisa em questão, é crucial destacar que compreender a alocação dos recursos e as fontes de financiamento da escola é uma forma de lutar pelos direitos educacionais. Além disso, dialogar e exigir de forma veemente, tanto da gestão quanto do governo, é um meio de romper as amarras do Estado subjugado aos interesses do capital.

1.4 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conforme Costin (2010), a Administração Pública compreende o conjunto de órgãos, funcionários e procedimentos utilizados pelos três poderes do Estado para cumprir suas funções econômicas e sociais definidas pela sociedade em um determinado momento histórico.

Dentre uma de suas funções, tem-se a oferta de serviços públicos que pode ser realizada diretamente pelo Estado em atividades que somente ele pode desempenhar, devido ao interesse público e à complexidade envolvida. Além disso, a administração pública também pode delegar a prestação desses serviços a terceiros (Kohama, 2012).

A prestação de serviços diretos é reservada ao Estado e está relacionada principalmente ao Poder Executivo. Conforme Kohama (2012), a administração direta ou centralizada tem uma estrutura hierárquica com a presidência no topo, representando a autoridade máxima. Já a prestação de serviços indiretos ou descentralizados pode ser realizada por entidades fora do Estado, inclusive por entidades privadas. Esses serviços geralmente não são essenciais para a manutenção do Estado e podem incluir atividades atípicas. A administração indireta envolve entidades como Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações (Coelho, 2009).

Para financiar o estado, no contexto do neoliberalismo, ele busca obter receitas por meio de preços públicos e tarifas no mercado varejista, direcionados diretamente aos consumidores. Embora algumas dessas atividades possam ser realizadas por entidades privadas, muitas vezes, as necessidades da população não são plenamente atendidas nessa forma de estado (Leite, 2017). Receitas e despesas são apresentadas no orçamento como receitas correntes e de capital; as correntes são necessárias à manutenção da máquina pública, não criando nova aquisição permanente; destarte, receitas e despesas de capital geram aumento ou diminuição do

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 6, n. 2, mai/ago. 2024.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

patrimônio permanente do órgão. As receitas correntes são as arrecadações de impostos ou contribuições, dentre outros designados a serem correntes, conforme Portaria 163/2001 (STN): Tributária, Contribuições Sociais, Patrimonial, Industrial e de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes.

As receitas de capital são o retorno, geralmente das operações de crédito no mercado, amortização de empréstimos, transferências de capital, alienação de bens e outras receitas de capital (STN, 2016), a Portaria 163/2001 (STN) evidencia que as Receitas de Capital em suas espécies são: Operações de Crédito, Alienação de bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Outras Receitas de Capital.

As receitas públicas, dessa forma, são ingressos que modificam a situação financeira, mesmo que transitória, afetando o orçamento, quando orçamentária; caso não esteja configurado no orçamento, será extra orçamentária.

O esforço em captar recursos reflete no gasto de todas as despesas do estado. As despesas públicas, para ser efetivadas em um órgão, seguem as etapas: planejamento, licitação, empenho, liquidação e pagamento (Kohama, 2012).

Assim, a Administração Pública desempenha um papel fundamental na oferta de serviços públicos decorrentes de políticas públicas, destinados a atender o público-alvo, especialmente aqueles que não têm recursos para pagar por esses serviços. Além disso, a administração pública é crucial para a gestão do Estado por meio do planejamento, refletido no orçamento público.

Infelizmente, a situação das mudanças climáticas impacta na arrecadação de impostos sobre o setor agrícola, tendo em vista que, com menos recursos hídricos, diminui-se a produção e a arrecadação. Ainda tem-se a questão da herança das privatizações de recursos públicos geradores de receitas, como a Vale do Rio Doce:

> Apesar da robustez gerada pela privatização, há quem discorde da mudança que fez com que a empresa deixasse a condição de estatal. É o caso do economista Reinaldo Gonçalves, do Grupo de Conjuntura da UFRJ. Para ele, não há motivo de comemoração: - O resultado fundamental é que o Brasil perdeu um instrumento importante de política de desenvolvimento. Se a Vale estivesse na mão do governo, as centenas de milhares de dólares que vão para fora do Brasil seriam usadas no país (Novo; Rodrigues; Ribeiro, 2007, p.32).

A população brasileira, principalmente a educação, tem perdido recursos importantes por conta das privatizações. O estado de Minas Gerais, por exemplo, tem dificuldades em pagar melhores salários aos professores e melhorar o ensino público estadual por falta de recursos públicos, se Minas tivesse a Vale do Rio Doce, como estatal, competitiva como uma empresa privada, poderia ter mais recursos para investir nas necessidades do povo.

1.5 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A democracia participativa, através do Orçamento Participativo (OP), é uma importante ferramenta para a democratização das decisões públicas, reunindo cidadãos em assembleias públicas para avaliar a gestão municipal, elaborar propostas e, em muitos casos, deliberar sobre o uso dos recursos públicos (Gugliano, 2007 *apud* Bodart, 2016). Nesse sentido, o OP é visto como um instrumento transformador da cultura participativa (Pontual, 2000 *apud* Bodart, 2016) e como uma forma de superar o autoritarismo histórico que permeou a administração pública no Brasil (Schlickmann, 2015).

O sucesso do OP, muitas vezes, está ligado à disponibilidade de recursos públicos, apoio político e participação da sociedade civil (Bodart, 2016). A cidade de Porto Alegre é um exemplo emblemático desse processo, em que a população decide, de forma direta, a aplicação dos recursos (Mendes, 2009), ou seja, a grande questão para o sucesso de um OP é a mobilização, como foi feito em Porto Alegre, e vontade política para que aconteça efetivamente.

No contexto educacional, o Orçamento Participativo das Escolas (OPE) pode ser uma ferramenta pedagógica valiosa, promovendo a participação dos alunos na melhoria de suas escolas (República de Portugal, 2017). Contudo, na perspectiva da educação humanística, é essencial considerar as epistemologias e o materialismo histórico dialético, a fim de evitar que o processo seja direcionado para um modelo de concorrência liberal, conforme ressaltado por Mota e Silva (2021) em relação ao Orçamento Participativo Escolar (OPE) de Portugal. Este estudo evidenciou a adoção de um sistema competitivo para angariar votos, resultando em um processo pouco dialógico. Não obstante, há aspectos do OPE que podem ser adaptados ao contexto brasileiro, como a alocação de recursos financeiros exclusivos para ser discutidos entre os alunos, permitindo-lhes decidir sobre a destinação desses fundos (Mota; Silva, 2021).

Além disso, o OPE deve ser visto como uma ferramenta de empoderamento, permitindo que os cidadãos participem ativamente nas decisões que afetam suas vidas (PASE, 2007 *apud* BODART, 2016). A educação humanista e omnilateral também pode se beneficiar do OPE, promovendo a formação de sujeitos críticos e conscientes (Freire, 2020).

Em resumo, o Orçamento Participativo é uma importante ferramenta de democracia participativa que pode ser aplicada em diferentes contextos, incluindo o educacional, para promover a participação, o empoderamento e a formação de cidadãos críticos e ativos na sociedade, caso haja mobilização social e vontade da gestão.

2 METODOLOGIA[2]

A pesquisa bibliográfica implementada neste estudo proporcionou uma compreensão mais profunda do tema e serviu como base para a análise das informações coletadas. Assim, fizeram-se estudos com orçamentos de 2016 até 2019, do IFNMG Campus Montes Claros, para a aplicação do Produto Educacional. Após essa etapa, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com alunos e servidores das unidades de ensino envolvidas, abrangendo diferentes segmentos do Ensino Médio Integrado (EMI) e o universo de servidores da escola. Essa seleção foi realizada considerando a disponibilidade dos entrevistados e a relevância social, sem seguir critérios estatísticos (Thiollent, 1982).

Devido às restrições impostas pelo *lockdown* em razão da pandemia de covid-19, as entrevistas foram realizadas virtualmente, principalmente por meio do *Google Meet*, com exceção de dois servidores que optaram pelo WhatsApp, fornecendo apenas áudio. O processo de seleção dos entrevistados envolveu o contato e o convite por meios digitais, mas não havia garantia de participação.

Inicialmente, a entrevista semiestruturada foi escolhida devido à riqueza na coleta de dados, permitindo observar detalhes faciais e movimentos dos entrevistados (Manzini, 2004). No entanto, a pandemia obrigou a realização virtual das entrevistas, com o *Google Meet* sendo o

[2] Número do protocolo do sistema CEP/CONEP/CAAE: 18895619.0.0000.5146.

principal meio de comunicação. Mesmo com entrevistados que optaram por não abrir a câmera, os dados coletados foram considerados suficientes para a pesquisa.

O roteiro de entrevistas foi elaborado com perguntas bem formuladas, permitindo intervenções flexíveis e espontâneas durante as entrevistas (Manzini, 2004). O número de entrevistados incluiu 10 alunos e 8 técnicos administrativos do IFNMG Campus Montes Claros, selecionados democraticamente com a participação do Grêmio Estudantil e Coordenação de Pesquisa. Inicialmente, seria convidado o sindicato local para levantar os participantes, contudo, pela baixa atuação dessa entidade no campus, logo foi descartada essa ação.

As entrevistas exploraram as perspectivas da comunidade de alunos e servidores em relação à implementação do Orçamento Participativo da Escola (OPE) e revelaram um interesse positivo na aplicação do OPE, bem como no aprendizado associado ao processo. A aplicação do produto educacional ocorreu por meio de um formulário no *Google Forms*.

3 RESULTADOS

3.1 Coleta de dados

Para a recolha dos dados, através das entrevistas semiestruturadas, foram feitos contatos diretos com os servidores. A dissertação e o produto apontavam o contato com o sindicato, entretanto, após a participação em algumas assembleias, detectou-se que não havia, de fato, o viés democrático num sentido omnilateral, libertador e crítico, conforme os pressupostos dos autores aqui estudados. Dessa forma, optou-se em retirar o sindicato dos trabalhos da pesquisa, o SINASEFE-Pirapora.

Após comunicação direta com os servidores participantes, a partir de contatos telefônicos, *WhatsApp*, tendo em vista que não houve respostas por e-mail, foi feita tentativa de contato com os alunos; e uma representante do grêmio estudantil se predispôs a ajudar. Com o levantamento de poucos alunos, foi necessária intervenção do coordenador de pesquisa para incentivar mais alunos e fechar os participantes possíveis.

As perguntas das entrevistas foram:

1 - Você já estudou, em algum momento, sobre o tema Democracia? Caso já tenha estudado como foi? O que você entende por esse assunto?

2 - Você participa ou já participou de algum tipo de associação ou grupo com finalidade coletiva na sociedade (grupo religioso, grêmio estudantil, sindicato, associação, grupo de bairro, grupo de coral, grupo de musical, grupo teatral, centro acadêmico)?

2.1 - Qual grupo foi? Como foi sua participação?

3 - Na sua opinião, quem deve tomar as decisões do Campus, acha importante alunos e servidores participarem dos processos de decisões da escola ou não participarem?

3.1 - O que você entende ou pode falar sobre essa participação ou não participação?

4 - Você sabia que o IFNMG faz pagamentos de despesas do campus, que ele tem orçamento próprio?

4.1 - (Se sim) sabe como funciona o processo?

5 - Você já ouviu falar sobre Orçamento Participativo (OP)?

5.1 - Se sim, poderia explicar o que você entende pelo assunto? Se não: você pelo menos imagina o que seja?

6 - Acredita que exista a viabilidade de se discutir o Orçamento Participativo do campus?

7 - Você teria interesse em participar do processo do OP? Ou não tem interesse? Ou talvez tenha interesse?

(Se o participante responder que quer participar) 8 - Se o OP fosse aplicado agora, qual a sua opinião acerca das despesas do campus? Você acha que poderiam ser feitas mudanças? O que você falaria?

9 - Você poderia aprender algo com OP da Escola ou não poderia? (Quais são suas expectativas de aprendizado sobre o tema?)

10 - Qual a importância do Orçamento Participativo, num geral, para a instituição e para os alunos? Ou você acredita que, no geral, ele não é importante?

3.2 Entrevista com os alunos

Na pesquisa, dez alunos (A1 até A10), com idades entre 16 a 19 anos, participaram da coleta de dados. Eles representaram diferentes cursos do IFNMG Campus Montes Claros, incluindo Química, Edificações e Informática.

As respostas fornecidas pelos alunos foram categorizadas de acordo com temas como democracia, participação social, tomada de decisão, conhecimento sobre o orçamento do *campus*, conhecimento sobre o OP, viabilidade da implementação do OP e importância da participação dos alunos.

Foi possível observar que os alunos demonstraram conhecimento básico sobre democracia, adquirido principalmente em disciplinas de filosofia e sociologia. A maioria deles já participou de atividades sociais, como em igrejas ou organizações estudantis.

Quanto à tomada de decisões no *campus*, dois alunos acreditam que a gestão deve ter a palavra final, enquanto os outros oito defendem a consulta e deliberação conjunta com os alunos, e um aluno sugere a inclusão dos terceirizados.

No que diz respeito ao conhecimento sobre o orçamento do *campus*, a maioria dos alunos admitiu não ter informações a respeito, destacando a necessidade de mais esclarecimentos. E quando arguidos sobre o conhecimento do OP de modo geral, os alunos reconhecem a sugestividade do nome, mas a maioria não sabe do que se trata, embora alguns tenham tentado definir o conceito.

Quando questionados sobre uma possível participação efetiva em evento do OP, que se deu posteriormente por meio de vídeos do *Youtube*[3], como evento teste de aplicação do produto educacional e validação por meio de formulário no *Google Forms*, os alunos demonstraram disposição, desde que recebessem informações adequadas sobre o processo. Para tanto, foi-lhes

[3] https://www.youtube.com/watch?v=XEv7BGTqhKo&t=190s e https://www.youtube.com/watch?v=cPoMNOQl9JE&t=64s.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 6, n. 2, mai/ago. 2024.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

dada a oportunidade de compartilharem suas expectativas de temas que gostariam de discutir no OP, incluindo questões relacionadas à alimentação e cursos extras.

Ao longo da comunicação, o termo "voz" foi mencionado repetidamente pelos alunos, sugerindo um anseio por serem ouvidos e terem suas preocupações atendidas, embora alguns percebam que nem sempre são levados a sério.

Em relação ao OP como processo educativo, a maioria dos alunos viu o OP como uma oportunidade de aprendizado, com sete deles enfatizando seu potencial para melhorar o currículo e aprender sobre educação financeira. No entanto, três alunos tiveram uma visão mais crítica, enfatizando a importância de questionar o governo e participar ativamente no processo democrático.

Todos concordam que o OP é importante para a instituição, que deve ser implementado no *campus,* pois permite prestar contas sobre como os recursos são utilizados no *campus*. Entretanto, alguns expressaram reservas sobre sua eficácia.

3.3 Entrevista com os servidores

No segundo bloco de entrevistas, agora com servidores do IFNMG Campus Montes Claros, o pesquisador optou por não envolver o sindicato local, SINASEFE, e, em vez disso, contatou os servidores por e-mail e posteriormente via *WhatsApp*. No total, oito servidores participaram, incluindo três mulheres e cinco homens, sendo dois docentes e os demais técnicos administrativos em educação.

Quanto às opiniões sobre democracia, a maioria dos servidores destacou a importância da participação do cidadão para que a democracia seja efetiva. Alguns expressaram preocupações com a democracia representativa, mencionando casos em que os representantes não ouvem as bases. No *campus*, também houve discussões sobre a representatividade efetiva, evidenciando que a democracia é falha, em nível de Brasil e no *campus*.

Em relação à categoria de participação social, a maioria dos servidores havia participado de atividades religiosas na sociedade, enquanto alguns se envolveram em atividades civis ou voluntárias. Alguns também estavam envolvidos em atividades culturais e ambientais.

No que diz respeito às tomadas de decisões do *campus* e ao orçamento, houve uma variedade de opiniões. Alguns servidores enfatizaram a importância da participação, enquanto outros foram mais cautelosos e destacaram que nem todas as decisões devem passar pelos alunos ou pela sociedade. Quanto ao orçamento do *campus*, alguns servidores tinham um bom conhecimento, enquanto outros desconheciam os detalhes.

Já no que diz respeito ao conhecimento sobre o orçamento participativo, apenas dois servidores tinham algum conhecimento prévio, mas nenhum deles havia trabalhado diretamente com o OP. No entanto, eles mencionaram exemplos de sua aplicação em outros contextos.

Sobre a viabilidade da implementação do OP no IFNMG Campus Montes Claros, as opiniões foram diversas. Alguns acreditavam que a mobilização era essencial para o sucesso do OP, enquanto outros expressavam preocupações devido à falta de recursos e cortes no orçamento, contudo, a maioria concordou que, quando as condições permitissem, o OP poderia ser uma ferramenta valiosa.

Quanto à participação efetiva no OP, alguns servidores expressaram a necessidade de capacitação prévia, enquanto outros estavam dispostos a participar com base em seu conhecimento atual. Além disso, houve um consenso de que a participação da comunidade nas decisões do campus era importante.

No contexto do OP como um processo educativo para os servidores, houve um interesse geral em aprender mais sobre orçamento e democracia. Alguns também mencionaram a importância de desenvolver cidadãos mais críticos e politicamente engajados.

Finalmente, todos concordaram que o OP seria de grande importância para a instituição, contribuindo para uma educação mais ampla e crítica. A maioria viu o OP como uma oportunidade de aprendizado e uma forma de melhorar a participação e a transparência no campus. Todos concordaram com sua importância potencial para a instituição. Eles destacaram a necessidade de começar a discussão e gradualmente implementar o OP, mesmo que fosse em pequena escala, com a esperança de que ele crescesse ao longo do tempo.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta pesquisa, a maioria dos alunos e servidores do IFNMG Campus Montes Claros expressou um desejo de que o Orçamento Participativo da Escola (OPE) seja implementado na instituição. Todos os alunos entrevistados acreditam que podem aprender com o OPE, indicando que sua aplicação seria benéfica não apenas como um processo de deliberação, mas também como uma oportunidade de aprendizado significativo. Além disso, seis alunos enfatizaram a importância de dar voz a todos os participantes, tornando o processo verdadeiramente dialógico.

Entre os servidores, a maioria também expressou interesse em aprender com o OPE, embora um deles tenha sido reticente devido à confiança na equipe que elabora o orçamento. Três servidores enfatizaram a importância de dar voz a todos os envolvidos no processo, destacando o potencial do OPE como um meio de ampliar a participação democrática.

Apesar das preocupações sobre a viabilidade de implementar o OPE no momento, devido a restrições orçamentárias, a pesquisa indicou que preparar o terreno para sua futura aplicação seria uma estratégia sensata. Portanto, o estudo sugere que, quando as condições permitirem, o OPE pode ser implementado no IFNMG Campus Montes Claros e replicado em outros *campi* da rede IFNMG.

Com a análise das prestações de contas dos anos de 2016 a 2019, fez-se necessário aplicar o produto em vídeos que simularam o OPE, postados no *YouTube*. Para validar o produto educacional proposto, que incluiu um guia e vídeos explicativos, uma avaliação foi conduzida com os participantes, após assistirem os vídeos. A aplicação prática do guia e dos vídeos foi considerada viável, mesmo em um contexto de ensino remoto devido à pandemia. O material educacional foi disponibilizado aos participantes, e uma avaliação foi conduzida por meio de um formulário do *Google Forms*, que incluiu questões fechadas e uma questão aberta. Os vídeos forneceram exemplos práticos de como o OPE poderia ser aplicado.

Em resumo, a pesquisa sugere que o OPE pode ser uma ferramenta valiosa para promover a participação democrática e o aprendizado significativo no IFNMG Campus Montes Claros, desde que seja implementado em um momento adequado, quando as condições orçamentárias o permitirem.

RECITAL - Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 6, n. 2, mai/ago. 2024.
ISSN: 2674-9270. Disponível em: http://recital.almenara.ifnmg.edu.br/index.php/recital

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho finalizado foi concebido com o objetivo de ser altamente acessível, fácil de ler e entender, em consonância com os princípios da educação popular freireana e autores marxistas/gramscianos. Tanto a dissertação quanto o produto educacional alcançaram esse objetivo, sendo de fácil compreensão.

Outro princípio epistemológico essencial que guiou este estudo foi a práxis humana e libertadora, que destaca a importância da aplicação prática no mundo real. O Ensino Médio Integrado (EMI) segue essa abordagem, valorizando o trabalho como parte integrante da educação, buscando a vida e a valorização humana, além de promover a participação democrática.

As entrevistas semiestruturadas foram conduzidas on-line, considerando os conhecimentos prévios dos participantes, incluindo suas experiências anteriores ao curso. Apesar de alguns desafios técnicos, como qualidade de imagem e som, ficou evidente o entusiasmo dos participantes em contribuir para a criação de uma ferramenta pedagógica que promove a democracia participativa.

No que diz respeito ao Produto Educacional (Orçamento Participativo da Escola – OPE. Passo a Passo), o guia abordou conceitos básicos sobre o IFNMG, OP, OPE, administração pública e contabilidade pública. A segunda parte do guia apresentou prestações de contas anteriores e tópicos que podem ser discutidos em um OPE. Recomenda-se que se utilize a prestação de contas do ano anterior (quando as aulas eram presenciais) e que o OPE seja realizado de forma presencial, ou híbrida, por uma equipe designada em portaria.

Para aumentar a adesão dos participantes, especialmente por e-mail, sugere-se a realização de pesquisas para avaliar se a educação oferecida no *campus* é verdadeiramente politécnica/omnilateral, envolvendo não apenas os docentes, mas também os técnicos administrativos. Faz-se necessário testar, de fato, em pesquisa, se a democracia do IFNMG é realmente efetiva e, caso haja, evidenciar onde estão as falhas e os meios para se avançar. Essas pesquisas podem ajudar a entender as razões por trás da baixa adesão dos servidores, quando convidados por e-mail. Além disso, é importante avaliar se os alunos do EMI compreendem os objetivos do IFNMG historicamente e epistemologicamente.

Uma vez comprovada a eficácia do produto, é fundamental que o OPE seja realizado anualmente[4], replicado em outros *campi* e avaliado periodicamente, para que seus benefícios possam ser aproveitados por toda a comunidade envolvida no processo educacional do IFNMG e não fique restrito às páginas deste estudo.

REFERÊNCIAS

BODART, Cristiano das Neves. **Atuação dos Partidos Políticos e dos Movimentos Sociais na Construção e Manutenção de um Espaço Institucionalizado de Participação Social**.

[4] Houve uma oficina de treinamento de como aplicar o OPE, no evento: X SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E II SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO DO IFNMG, link da apresentação: https://www.youtube.com/watch?v=9J_1-AnK3gA&t=4029s

São Paulo, 2016. Tese (Programa De Pós-Graduação em Sociologia Da Universidade De São Paulo) - Universidade De São Paulo Faculdade De Filosofia, Letras E Ciências Humanas.

BRASIL. **Constituição. República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 22 mar. 2019.

CHAUI, Marilena. Breve História da Democracia. **Youtube - TV Boitempo**, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k1MIsK5D0LQ&list=PLF0xmjIzrkhCwaQiqsYivJ9O5Voxt2nYu&index=10>. Acesso em: 17 de junho de 2021.

COELHO, Ricardo Corrêa. **O Público e o Privado na Gestão Pública**. Florianópolis: CAPES/UAB, 2009.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma Experiência em Processo.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019. ISBN 978-85-7753-18-9.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol 7a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 66. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018a. ISBN 978-85-7753-164-6

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** 57. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018b. ISBN 978-85-7753-163-9.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020. 144 p. ISBN 978-85-7753-434-0.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel.** Tradução de Dario Canali.16.ed. Porto Alegre: L&PM, 2001.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

LEITE, Ana Paula da Mota. **A Alfabetização Midiática e Informacional em Tempos de Fake News e o Legado de Paulo Freire.** São Paulo, p. 12-18, 2019. Disponível em: https://www.paulofreire.org/download/eadfreiriana/E-book_Paulo_Freire_tempos_fake_news-2019.pdf. Acesso em: 16 fev. 2024.

MANACORDA, Mario Alighiero. **O Princípio Educativo em Gramsci**. 3. ed. rev. Campinas-SP: Editora Alínea, 2019. ISBN 978-85-7516-863-9.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna.** Campinas: Editora Alínea, 2007. ISBN 978-85-7516-212-5.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista Semiestruturada: Análise de Objetivos e Roteiros. Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos, 2, 2004. A pesquisa Qualitativa em Debate.** Bauru: USC, 2004. CD-ROM. ISBN: 85-98623-01-6. 10p.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política - Livro I: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Lafonte, 2018.

MAY, Otávia de Oliveira. Estado desde sua Origem até seu Fim. **Portal de Periódicos da Univali.** Itajaí, 2007. Disponível em: https://www6.univali.br/seer/index.php/rdp/article/viewFile/7568/4327. Acesso em: 18 set. 2019.

MENDES, Valdelaine. **Democracia Participativa e Educação: A Sociedade e os Rumos da Escola Pública**. São Paulo: Cortez, 2009. ISBN 978-85-249-1482-9.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2005. ISBN 85-7559-068-5.

MOTA, Marcus Vinícius Guedes da; SILVA, Ricardo dos Santos. Educação Humanística e Orçamento Participativo em Unidades de Ensino de Mirandela e Bragança. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 10, n. 4, p. 1-12, 31 mar. 2021. DOI https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13811. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13811. Acesso em: 16 fev. 2024.

NOSELLA, Paolo. **A Escola de Gramsci.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

NOVO, Aguinaldo; RODRIGUES, Lino; RIBEIRO, Erica. Privatizada há dez anos, Vale valorizou 3.000%. **Senado Federal, Retirado de: O Globo, 05/05/2007, Economia, p. 32,** Brasília, p. 32, 5 maio 2007. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/406402. Acesso em: 16 fev. 2024.

PISTRAK, M. **Fundamentos da Escola do Trabalho.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 224 p. ISBN 85-87394-10-x.

REPÚBLICA DE PORTUGAL. **O que é Orçamento Participativo das Escolas? (FAQs). Orçamento Participativo das Escolas.** República de Portugal, 2017. Disponível em: https://opescolas.pt/faq-perguntas-e-respostas/#1513001698614-68ce8714-58ae. Acesso em: 22 mar. 2019.

SADER, Emir. **Estado e Política em Marx.** São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTOS, Boaventura de. O mito da democracia (neo)liberal com Boaventura Sousa Santos. **YouTube, Canal UJS Brasil.** 2021. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=F7mB_2xsMHQ. Acesso em: 20 fev. 2024.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica.** Concepção e diretrizes. 1. ed. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 fev. 2024.

SCHLICKMANN, Raphael. Administração Pública no Brasil: O Patrimonialismo. **Politize!.** Santa Catarina, 2015. Disponível em: https://www.politize.com.br/patrimonialismo-administracao-publica-brasil/#top. Acesso em: 23 set. 2019

STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** 7. ed. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2016. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2017/26. Acesso em: 20 fev. 2024.

SINASEFE. **Ata da Segunda Reunião entre o Reitor do Instituto Federal Do Norte de Minas Gerais – IFNMG e Representantes do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional e Tecnológica - SINASEFE**. Montes Claros: 2014. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1E3fbspW0bDv8dmcto5zRpArHLDJ00Yfa/view?usp=sharing. Acesso em: 08 abr. 2021.

SOUZA, Joeline Rodrigues. **Gramsci: Educação, Escola e Formação.** Caminhos para a Emancipação Humana. 1. Ed. Curitiba: Appris, 2014.

THIOLLENT, M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. 3. ed. São Paulo: Pólis, 1982.

Recebido em: *6 de setembro 2024*

Aceito em: *2 de outubro de 2023*